

OS FIOS DA HISTÓRIA DE UM ASSENTAMENTO "DESAPARECIDO"

CÉLIA A. FERREIRA TOLENTINO

INTRODUÇÃO

A até hoje ainda chama a atenção de quem passa ao longo da BR 153, próxima à cidade de Marília, na região oeste do estado de São Paulo, em uma faixa de sete quilômetros, a existência de pequenos sítios munidos de amplas casas em alvenaria e outras benfeitorias (silos de armazenagem, poços artesianos com grandes reservatórios d'água, garagens, etc.), todas com a mesma arquitetura e muito bem acabadas. Nenhuma placa indica, mas nesta área se realizou o primeiro plano de assentamento de trabalhadores do projeto de Revisão Agrária, instituído pelo Governo de Carvalho Pinto, no ano de 1960.

Quando iniciada a construção deste loteamento, em 1961, essa opulência arquitetônica era ainda mais contrastante com aquilo que se conhecia como a pequena propriedade rural no campo paulista e brasileiro. Mas, a idéia central do projeto de Revisão Agrária era mesmo marcar a diferença: decretar o fim do produtor caipira no "padrão jeca tatu", e criar o "*farmer*" no estilo americano.

O Governo Carvalho Pinto dizia estar antecipando-se à grande demanda social por reforma agrária que agitava o país e convulsionava o nordeste. A Revisão Agrária iria coibir a permanência de terras improdutivas no estado de São Paulo, instituindo pesados impostos sobre elas. Paralelamente, facilitaria o acesso de lavradores a pequenas propriedades através de assentamentos em terras desapropriadas. As terras, munidas de toda infra-estrutura de produção moderna, seriam repassadas aos trabalhadores a preço de custo e pelas quais deveriam pagar em um prazo de 15 anos. Para os idealizadores da Revisão Agrária, esta seria uma forma de estimular a criação de uma classe média rural que, além de produzir frutas, legumes e cereais da cesta básica, consumiria produtos da indústria doméstica e exportaria a paz social. A Fazenda Santa Helena seria o primeiro passo em direção a todos estes objetivos.

Além dos lotes, cada área de assentamento deveria contar, segundo rezava o projeto de Revisão Agrária, com escola primária, centro

administrativo, um salão social destinado a "bailes", festas familiares e conferências, um centro de abastecimento e serviços:

"(...) composto de uma série de lojas (...) uma da cooperativa para vendas de gêneros alimentícios, roupas caseiras, instrumentos e atividades agrícolas e demais artigos domésticos, outra para a farmácia e uma terceira, para o bar. Finalmente uma banca de jornais e revistas (...) será aí um elemento importante." (SEAESP: 1961).

Mais um posto de assistência social, médica e odontológica e uma sala de partos. E ainda: uma praça e um campo de futebol, um centro de assistência técnica e zootécnica, uma oficina para máquinas agrícolas, um posto de gasolina, um barracão de armazenagem de produtos, juntamente com uma fábrica de ração.

Mas, este laboratório para a construção do *farmer-brasilis*, tal qual se imaginava no papel, ainda deveria contar com uma pedagogia civilizatória que o ensinasse a usar de forma minuciosamente planejada a sua pequena propriedade. O projeto-piloto implantado em Marília, em uma antiga fazenda de propriedade estatal de 1.200 hectares, foi composto de 113 pequenas unidades de produção familiar, com 20 hectares de terra ou 8 alqueires paulistas cada uma. Segundo o plano do governo, essa área seria pequena para cultivos extensivos, mas bastante adequada para a produção de suínos, aves, ovos e para a citricultura. Deste modo, cada lote vinha acompanhado de uma previsão da produção, isto é, contava com um planejamento prévio que visava à obtenção do maior aproveitamento possível, segundo as suas possibilidades agrônômicas. Em um lote padrão, de 20 ha, previa-se a seguinte utilização:

- "- 1,25% - sede e moradia*
- 1,75% - criação de suínos*
- 1,25% - criação de aves*
- 2,00% - reflorestamento*
- 32,00% - milho*
- 16,00% - amendoim*
- 16,00% - milho ou leguminosas (feijão, batata)*
- 13,50% - mandioca*
- 15,00% - pasto*
- 1,25% - caminho." (SEAESP: 1961, p. 7)*

As famílias deveriam ainda utilizar parte destinada à sede do sítio para a plantação de árvores frutíferas para consumo doméstico. Ficou proibido o plantio de cultivos perenes - entenda-se café.

Com essa definição prévia dos lotes, o destino e o perfil do assentamento ficava traçado. Tratava-se de enquadrar o lavrador em um modelo de racionalidade, onde até a área destinada aos "caminhos" fosse planejada. Com todo esse aparato, o trabalhador não teria por onde escapar de um processo de "civilização". Ao longo do processo, entretanto, tais medidas representavam mais que mecanismos de planejamento: eram sentidas como formas de coibição, pois, como mostra a fala dos dois ex-agrônomos que atuaram na área, de fato, o Estado entregava terra aos trabalhadores com todas estas benfeitorias por um custo relativamente baixo, mas, ao mesmo tempo, fazia muitas exigências. Por conta disso, muitos lotistas desistiram logo nos primeiros anos com medo de não poderem cumprir tantos requisitos e acabar perdendo a terra. Nas palavras de Antônio Léllis, agrônomo que coordenou a implantação da área nos anos 60, para os lavradores parecia uma "barganha" arriscada (entrevista à autora em 7/01/92).

TERRAS IMPRODUTIVAS E TRABALHADORES ORGANIZADOS

Segundo José Bonifácio Coutinho Nogueira, ex-secretário da agricultura de Carvalho Pinto e idealizador da proposta da Revisão Agrária, a escolha da Fazenda Santa Helena para o projeto piloto teria sido aleatória. Entretanto, sua própria fala se encarrega de enumerar diversos fatores que, em conjunto, anulam essa premissa, a começar pela informação de que a área era "*acima de tudo, escandalosamente improdutiva*"¹. Escandalosamente improdutiva quer dizer que, em uma conjuntura de mobilizações sociais em favor da reforma agrária, como a dos anos 60, manter aquela área inaproveitada era oferecer flancos abertos para os trabalhadores organizados e seus mediadores. E já havia no Estado de São Paulo a luta dos arrendatários de Santa Fé do Sul, demandando a atenção deste governo.

Por outro lado, a Revisão previa assentamento de trabalhadores em áreas primordialmente urbanizadas, já que a idéia era transformar cada núcleo em fornecedor de alimentos para as cidades. Além disso, pressupunha-se a

¹ Depoimento à autora em 02/3/88.

possibilidade de escoamento dessa produção através de vias de fácil acesso aos centros urbanos e, assim, Santa Helena reunia ambas as qualidades. Isto é, a cidade de Marília, a 26 km da área, vive em 1960 um intenso período de implantação de indústrias do setor alimentício (óleos, em primeiro lugar), sustentado pela produção de amendoim, uma das maiores e melhores do estado.

Quanto à urbanização, a cidade sofre praticamente uma inversão com relação aos anos 40, quando a maior parte da sua população vivia na zona rural. Uma tendência que se estendia para a maior parte do país. Sem esquecer ainda que a Fazenda Santa Helena e a cidade de Marília seriam atravessadas por uma via Federal, a BR 147 (construída em 1970), que viabilizaria o acesso e escoamento da produção daquela área rural para o mercado até mesmo interestadual, se necessário fosse. Este aspecto foi ressaltado por José Bonifácio Coutinho Nogueira².

Entretanto, é importante lembrar que neste período a cidade de Marília e a região contam com uma atuação forte do Partido Comunista. Apesar de nunca mencionado, certamente este é um dado que não deve ser desprezado no cômputo dos fatores que motivaram a realização da experiência-piloto naquela área. Uma das coisas que esta pesquisa levantou é que houve, como noticiam os jornais Terra Livre e Novos Rumos em maio/junho de 1960, uma ocupação da Fazenda Santa Helena por um conjunto de trabalhadores liderados pelo então vereador mariliense Bernardo Severiano Ribeiro.

Essa é uma história tão difícil de ser levantada como a história da atuação dos militantes comunistas da cidade de Marília e região. A forma assumida pelo preconceito aos movimentos comunistas, especialmente nas cidades do interior, é digna de um estudo. As pessoas entrevistadas para este trabalho, sobretudo os trabalhadores, quando indagadas sobre este assunto, invariavelmente, responderam em voz baixa e rapidamente, como se falar sobre o tema denegrisse suas reputações. Mais do que "trauma" da grande repressão política que se seguiu a 64, parece haver o que Vieitez e Mott (1988) indicam como um terror cristão, que faz com que Partido e militantes sejam vistos como representantes de uma espécie de reino do mal. Uma herança que estes dois pesquisadores encontram desde 46 e 47, quando o Partido Comunista se encontrava na legalidade, mas tinha suas ações vigiadas e relatadas pelo delegado da região ao DOPS - Departamento de Ordem Política

² Ibidem.

Célia A. Ferreira Tolentino



Crianças do Assentamento. Fazendas Reunidas. Promissão - SP. abril, 1977.
(Foto CPEA)

Cadernos AEL, n. 7, 1997

e Social -, órgão da polícia política. Certamente, um preconceito construído com ajuda de diversos aparelhos ideológicos a serviço do *status quo*, incluindo a atuação do Estado e a pregação anticomunista da Igreja.

Portanto, não é de se estranhar que a invasão das terras improdutivas da Fazenda Santa Helena por um grupo de famílias despossuídas da região fosse relatada pelos jornais Novos Rumos e Terra Livre e não recebesse notícia nos jornais locais. Também não é de se estranhar que, sobre isso, mesmo os técnicos entrevistados, mesmo os políticos do período que se pronunciavam na Assembléia Legislativa - cujos anais vasculhamos minuciosamente para um trabalho anterior³ - fizessem referências veladas ao fato.

Algumas pessoas que se dispuseram a falar mais abertamente da atuação comunista na cidade, geralmente, atribuíram a ela atividades bem pouco prováveis, revelando o quanto de preconceito informava o desconhecimento das metas e ações do Partido e o medo que este despertava na população. Sobre isso vale relatar o caso do técnico agrícola responsável pelo acompanhamento do assentamento, que, em 1969, ao receber ameaças de morte por parte de lavradores descontentes com a sua atuação como perito junto à Carteira Agrícola do Banco do Estado, afirmava estar sendo vítima de atentado terrorista, organizado pelos comunistas locais, que nesse ano se achavam presos, foragidos ou exilados.

A partir de 1964 e até meados da década de 80, a cidade de Marília e sua região vivem um período de grande descenso em termos de mobilização política, tanto na área sindical como cultural. De 45 a 64, entretanto, Marília é conhecida como a "cidade vermelha", por seu vigoroso movimento sindical e trabalhista sob a mediação do Partido Comunista. A questão agrária e a situação dos trabalhadores agrícolas também encontra foro na discussão política da esquerda local, e sobre isso informam documentos da polícia da época. É datado de 26/12/46 um radiotelegrama do delegado regional de polícia, Paulo Leite Pereira, ao DOPS, relatando a presença de Luiz Carlos Prestes, então senador pelo PCB, em um comício na cidade, no qual se aborda o problema da distribuição da terra, sem o uso do termo reforma agrária:

"Dr. 5º Delegado Auxiliar / Departamento de Ordem Política e Social - São Paulo / 912 / Comunico a V. Excia que a "sabatina" o

³ TOLENTINO, Célia A.F. *A revisão agrária paulista: a modernização do campo do Governo Carvalho Pinto, 1960*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, 1990.

*comício comunista ontem realizados nesta cidade, decorreram sem que se tivesse verificado qualquer alteração de ordem pública pt / Durante o comício, falaram as seguintes pessoas: Ozorio Alves de Castro, alfaiate, Dr Reinaldo Machado, médico, Alice Castro de Oliveira, costureira em Bernardino de Campos, Prêta Nicolassa Peres, operaria, Pedro Pomar, jornalista residente no Rio de Janeiro, e o Senador Luiz Carlos Prestes pt Estiveram presentes cerca de três mil pessoas, em sua maioria movidos por simples curiosidade pt Compareceram caravanas comunistas de todas as cidades vizinhas pt / Os assuntos abordados, foram os mesmos de sempre: perigo do imperialismo Norte Americano; descaso do governo na solução dos problemas que afligem o povo; união entre os trabalhadores, principalmente entre os da zona rural para a defesa dos seus interesses; necessidade de aumento de salários e da sub-divisão das propriedades agrícolas."*⁴

Alguns meses antes, em maio do mesmo ano, o delegado regional Antonio Dourado sugeria ao DOPS, em radiotelegrama, o envio de investigadores à cidade temendo a infiltração comunista em uma reunião ruralista. Em outro documento do mesmo tipo, informa não haver pelas redondezas dessa cidade nenhuma "Liga camponesa". Outros documentos, ainda, atentam à possibilidade de movimentos grevistas nas "propriedades agrícolas" insuflados por "oradores comunistas". E, em 31/01/55, Simão Andrade Ribeiro, na qualidade de Presidente da Comissão Municipal de Marília Pró Promulgação da Lei de Reforma Agrária, comunica à Delegacia Regional de Polícia de Marília, através do protocolo n. 680, a realização de um comício na cidade em defesa da reforma agrária (documentos cedidos por Mott e Vieitez).

Para além do exposto, vários outros documentos dão conta das atividades da militância comunista na região em prol da organização dos trabalhadores rurais e da luta por reforma agrária. Mas, façamos um parêntese para observar que no ano de 46, quando a polícia política vigia os atos do PCB, este se encontra em plena legalidade. O outro lado dessa história de constante alerta do aparelho de força do Estado é justamente o seu uso assim que o Partido foi proscrito em 47. Conforme depoimento do líder sindicalista e ex-vereador petebista Henrique Zapparoli, a repressão policial levou para

⁴ Mantida a grafia do documento original cedido para a pesquisa por Mott e Vieitez.

a prisão o seu irmão, o vereador comunista Evaristo Zapparolli, por mais de 20 vezes de 1947 a 1964⁵. Esta é a história de tantos outros militantes e do próprio depoente. Muitas destas pessoas acabaram por desaparecer após várias perseguições, alguns ainda no governo Dutra, e outros após o golpe militar de 64.

A OCUPAÇÃO DE SANTA HELENA

Segundo relata Henrique Zapparolli, o processo de organização e ocupação da Fazenda Santa Helena levou quase uma década, pois, conforme observa, diante do clima de perseguição e repressão havia muita dificuldade em reunir os interessados. Além do "temor ao comunismo" por parte das famílias dos trabalhadores, o medo da polícia somava-se ao medo da perseguição por parte dos fazendeiros. Estes, calçados na ação repressiva do Estado, agiam com grande violência na tentativa de impedir os militantes de entrarem em suas propriedades, mesmo para uma simples visita aos lavradores em suas próprias casas. E estes últimos recebiam ameaças diversas diante do mínimo sinal de proximidade com os movimentos políticos.

É a partir da declaração do Partido Comunista de 1953 e da sua confirmação no IV Congresso de finais de 1954, propondo o confisco de todas as terras dos latifundiários, bem como, o levantamento e ocupação de todas as terras do Estado, que os militantes da Região de Marília passam a investigar a origem e a propriedade da Fazenda Santa Helena. Após um longo período de litígio, essas terras tinham sido adquiridas pelo Estado através de pressão dos herdeiros. Por muito anos passou da responsabilidade de uma secretaria para outra, não sendo aproveitada por nenhuma delas.

Com o reconhecimento de que estas terras eram públicas, os membros do Partido Comunista, conforme relata Zapparolli, iniciaram os contatos com os trabalhadores rurais da região, sobretudo com os diaristas, meeiros, parceiros, colonos e também com aqueles que, demitidos, encontravam-se "sem colocação". Impedidos de freqüentarem as "colônias" das fazendas, o grupo dos mobilizadores da sessão rural do PCB procurava manter contato com os lavradores no meio das roças, sempre, evidentemente, sob ameaças veladas, quando não perseguições explícitas dos prepostos dos fazendeiros.

Sob a liderança de Bernardo Severiano da Silva, Evaristo Zapparolli e outras famílias camponesas também vinculadas ao PCB, a área da Fazenda

⁵ Entrevista realizada em 09/01/92.

Santa Helena foi ocupada nos primeiros dias de março de 1960. Segundo Henrique Zapparoli, da ocupação constavam de 30 a 40 homens que, no mesmo dia, iniciaram a abertura de "picadas" (caminhos pelo mato) na intenção de se embrenharem pelas terras. Por essas mesmas picadas passariam os policiais, três dias depois, expulsando os trabalhadores. Zapparoli conta que não houve qualquer condição de resistência apesar da grande repercussão do ato. Mas, na seqüência informa que "*o que se seguiu depois, para muitos destes trabalhadores, foi muito difícil*", referindo-se menos à repressão que ao estigma que estes sofreram por terem seus nomes vinculados à agitação comunista. Estes trabalhadores, que chegaram a ser fichados pela polícia, não puderam se inscrever para a candidatura ao assentamento da Revisão, pois umas das principais exigências para a seleção era o atestado negativo de antecedentes criminais.

Fazendo autocrítica, Zapparoli observa que talvez o grupo de militantes que marchou para Santa Helena não estivesse totalmente preparado para a empreitada, mas com a preocupação maior de cumprir o programa do Partido Comunista. Entretanto, relata também - e isso parece um resultado político pouco avaliado por aqueles comunistas -, que o Governador designou uma comissão do Estado para conversar com o grupo de militantes. O projeto de lei da Revisão Agrária entra em votação no Assembléia Legislativa em 1º de abril de 1960. No ano seguinte, a fazenda é escolhida para receber o projeto-piloto.

Como não considerar esse dado no cômputo dos possíveis fatores que influenciaram a escolha de Santa Helena para o plano-piloto da Revisão Agrária? Para os idealizadores da Revisão Agrária e partidários da idéia de que o atraso era o fomentador das mobilizações nordestinas não interessava ressaltar a demanda por reforma agrária no campo paulista. Para afirmar a diferença de São Paulo em relação ao restante do país, ponto muito enfatizado no panfleto de divulgação do texto do projeto de lei que instituíu a proposta do Governo Carvalho Pinto, tentava-se desvincular o máximo possível o aspecto político e social que demandava a medida. O próprio assentamento recebeu a denominação de "plano de colonização" e, tanto quanto todo o projeto, deveria sugerir uma medida resultante de um planejamento estatal "apolítico".

O que se sabe é que os trabalhadores mobilizados não foram os beneficiários da Revisão Agrária.

SOBRE A SELEÇÃO DOS TRABALHADORES

Em junho de 1961, o jornal *O Correio de Marília* noticia em primeira página a abertura de inscrições para a compra dos lotes na Fazenda Santa Helena:

"As áreas dos sítios variam de 20 hectares, 8,2 alqueires paulistas, ao preço de 150 mil o alqueire, inclusive os juros, com prazo de 15 anos para pagar. No preço referido está incluído o valor da terra, mais as seguintes benfeitorias: casa de tijolos, com 2 ou 3 quartos, pocilga, aviário doméstico, poço com água encanada, terreno arado, etc. Na ocasião da assinatura do contrato, o interessado deverá dar uma entrada de 10 mil cruzeiros por alqueire. As inscrições encontram-se abertas na Casa da Lavoura Local." (apud Poker: 1989)

Os trabalhadores interessados foram aparecendo, relata Dr. Antônio Lélis, em entrevista em 30/3/92:

"poucos arrendatários de Marília se interessavam. Talvez devido à campanha do Partido Comunista. O Partido fazia campanha contra a iniciativa governamental e criticava o pagamento pela área, bem como a sua transformação em propriedade privada. Por isso a maioria dos lotistas eram de outras zonas."

Sobre a seleção dos interessados, o seu relato é taxativo:

"não houve seleção de lavradores, nem eu tive tempo de fazê-la. Acharmos que o lavrador que tivesse 70.000,00 - 80.000,00 cruzeiros para a primeira prestação, já tinha credencial para comprar o lote."

Sobre a impressão que lhe causavam os trabalhadores, em termos de interesse, disponibilidade e possibilidade de produção, Antonio Lélis afirma que:

"a impressão sobre os candidatos eram boas. Eram sempre arrendatários em outras propriedades. Mãos calejadas. Não houve necessidade de seleção. Não faltou nem sobrou interessados."

Entretanto, segundo relato dos pesquisadores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP, de 1968, houvera para a inscrição 243 candidatos

Célia A. Ferreira Tolentino



Produção. Assentamento Fazendas Reunidas. Promissão - SP. abril, 1997.
(Foto CPEA)

Cadernos AEL, n. 7, 1997

e a seleção teria sido realizada segundo as exigências da lei 5994 de 31/12/60. Esse dado não apresenta fonte embora o conjunto do texto sugira que algumas informações tenham sido passadas por Otávio M. T. Sobrinho, então coordenador da Assessoria da Revisão Agrária. Assim sendo, o que parece é que havia um discurso oficial que minimizava as dificuldades para implantação do projeto, já que a fala de Dr. Antônio Léllis contraria essa versão. Este último apresenta justificativas concernentes à sua retórica: o período era de más colheitas e poucos lavradores dispunham da quantia inicial, havia campanha contra e pouco tempo meios para grande divulgação.

Deste modo, parece ser mais provável mesmo que a seleção tenha se realizado com base na disponibilidade de pagamento, embora abundassem critérios para definir o perfil do trabalhador adequado ao assentamento da Revisão Agrária, pelo menos, no papel.

A exigência de uma entrada em dinheiro recebia muitas críticas dos comunistas que a consideravam um mecanismo de exclusão dos trabalhadores mais pobres. O outro critério polêmico se referia à necessidade da certidão negativa de antecedentes criminais, que excluía também os trabalhadores organizados politicamente, invariavelmente fichados na polícia. O lavrador que deveria mudar o quadro da agricultura paulista não era necessariamente aquele que contasse com condições políticas para assimilar tal projeto. De fato, a maior parte dos trabalhadores assentados no local jamais se inteirou de tamanho propósito. Os lavradores organizados, mobilizados e politizados não eram os sujeitos-alvo do plano de Carvalho Pinto e Coutinho Nogueira.

CEREALISTAS, BANCOS, DÍVIDAS E CRISES DE CONSCIÊNCIA

Aquilo que deveria ser o paraíso da agricultura moderna no estado de São Paulo esbarrou, entretanto, em diversos problemas de sobrevivência. Em menos de dois anos, os lotistas de Santa Helena já se apresentavam endividados e temerosos de não poderem pagar as suas terras, conforme manchete do *Jornal do Comércio* de Marília, em 2 de fevereiro de 1964: "*Lavradores da Fazenda Santa Helena continuam desarvorados e sem apoio de ninguém*". Em questão estava o fato de que os lavradores "*além de não estarem com a situação de suas glebas definitivamente solucionadas*", eram vítimas de um novo problema: a falta de chuvas que pôs a perder a safra 63/64 e os colocava sem condições de saldar as dívidas com os bancos.

A situação parece repetir-se no ano seguinte, segundo aponta Léa Maria da Rocha, pesquisadora do CERU, que estuda a área em 1966:

"Em todas as entrevistas, acompanhou-nos a Assistente Social da ARA, que vem prestando serviços ao Núcleo desde a sua implantação. Se por um lado sua presença foi um fator de desinibição, pois é muito apreciada pelos lotistas, por outro, como se tratava de uma funcionária da entidade oficial que realizou e implantou o Plano, cujos técnicos continuam dando assistência ao Núcleo e são os peritos oficiais nas operações de créditos, junto a estabelecimentos bancários estatais, um viés de caráter pessimista pode ser pressentido nas respostas." (Cadernos CERU: 1970, p. 75)

As respostas pessimistas a que se refere a pesquisadora do CERU, Léa Maria da Rocha, estavam relacionadas com o endividamento dos lotistas junto aos bancos. Como a maioria dos pequenos proprietários de Santa Helena plantavam amendoim, acabavam estreitando ligação comercial com os cerealistas da região. Estes cerealistas comprometiam as safras agrícolas dos lavradores avaliando-os junto aos bancos na situação dos financiamentos. Na circunstância da colheita exigiam a entrega dos produtos quando os preços lhes eram mais favoráveis, isto é, no início da safra, quando a balança comercial é desfavorável ao produtor.

Segundo o agrônomo Ady Zambon, o responsável pela assistência à Santa Helena a partir de 68, havia ainda um conhecido roubo no peso em favor do cerealista. Entretanto, no seu entender, *"principalmente o Novaes (o maior cerealista da região, na época) ajudou muito esse pessoal, ele garantia o pessoal lá no banco, lógico que com seus interesses também... do pessoal entregar amendoim para ele"* (entrevista à autora em 9/01/92).

Todo financiamento, esclarece, era (e ainda é) atrelado aos insumos, adubos, defensivos agrícolas e sementes. Muitos trabalhadores, para poder alimentar a família, teriam vendido esses insumos e não aplicado na lavoura. A situação deixava os agricultores no limite da miséria e, ao final de cada colheita, não era possível mais que empatar o capital empregado na lavoura. E as constantes crises acabavam levando os lotistas a repassarem os títulos e os lotes para saldarem dívidas.

Entretanto, a dupla atuação do agrônomo da ARA, como técnico responsável pela orientação da produção e perito junto aos bancos, descontentou muitos lavradores. Em seu depoimento, informa que alguns sitiantes chegaram a atentar contra a sua vida. Segundo sua versão, teria sido um atentado político, orientado pelos comunistas, mas, segundo outros técnicos e ex-moradores, porque ele pressionava os lotistas devedores, ameaçando-os com a perda das terras. Essa situação provocou, além daquilo que o técnico

chamou de "tocaia" para matá-lo, o suicídio de um dos agricultores endividados.

Diante de situações como estas, a reação mais comum entre os lotistas foi a venda das terras. A preocupação com as dívidas aparece no relatório do CERU de forma destacada pela pesquisadora, que observa que todos os sitiantes, no final das entrevistas, fazem menção ao endividamento com o Banco do Estado e ao fato de não saberem como as saldar em virtude da péssima safra de 65/66. Entretanto, Leá Maria da Rocha nota, ainda, que, ao contrário do que previa a Revisão Agrária, a indústria exerce forte poder de sedução sobre os filhos dos lotistas de Santa Helena. Esse dado está presente desde a implantação da área - que pretendia em algum nível reter o trabalhador junto à zona rural -, quando em 66 boa parte dos moradores afirma aos pesquisadores que a saída dos filhos seria condição intrínseca da sobrevivência, no futuro próximo:

"Os chefes de família consideram-se todos lavradores, não tendo manifestado nenhuma aspiração em exercer outras profissões. Acham porém, que para seus filhos não há muito futuro na agricultura. O tamanho do lote, a família numerosa, não lhes mostra ser possível que permaneçam no loteamento pois o sítio é suficiente apenas para uma família, dizem eles. Assim, só um dos herdeiros poderá viver nele. Por isso incentivam, sobretudo para os filhos homens a busca de outras profissões, mostrando grande apreço pelo estudo que permite alcançar bom nível de vida, como dizem." (Cadernos do CERU: 1970, p. 82)

No ano de 70 a Fazenda Santa Helena começa a se transformar. Os novos compradores das terras não mais as utilizam para a plantação de amendoim. Vários lotes, alguns agregados, passam a produzir frutas, café ou se tornaram sítios de lazer. Em meados da década um novo surto de saída de outros lotistas, motivados pela escritura definitiva recebida ao final do pagamento da décima quinta prestação.

Por outro lado, nesse período, os sítios adquiriram grande valorização imobiliária por mais de um fator. O fato de se distanciar de Marília em menos de 30 km, e a área ter sido atravessada pela Rodovia Federal BR 147 em 1970 e recebido eletrificação no ano de 1978, tornaram as propriedades do núcleo Santa Helena muito cobiçadas pelos industriais, profissionais liberais e produtores rurais interessados em promover a agregação de mais de um lote e fazer o caminho oposto daquele intentado pelos revisionistas de 1960.

O FARMER CONTRA O JECA

A "Cooperativa Agrícola Mista Santa Helena" foi fundada estatutariamente junto com o assentamento. Sua existência não dependia de qualquer interesse do conjunto dos moradores. Os lotistas passavam a ser cooperativados no mesmo momento em que se tornavam condôminos do projeto Santa Helena.

À Cooperativa caberia "*comprar em comum artigos necessários às suas culturas; padronizar e vender sua produção e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos.*" (SEAESP: 1961). Tinha ainda como função coordenar e distribuir o uso dos bens condominiais a título de aluguel ou empréstimo. Os bens patrimoniais iniciais colocados pelo Estado à disposição do uso da Cooperativa estavam regidos formalmente pelo "condomínio", que contava com seu próprio estatuto e ao qual cabia a responsabilidade sobre os imóveis e materiais da cooperativa. Para sua formação inicial o Estado destinou os seguintes bens:

- *um edifício de administração e centro técnico com 150 m²*
- *um armazém de estocagem e comercialização com 400 m²*
- *uma fábrica de ração*
- *um trator com implementos*
- *um caminhão Mercedes-Benz ano 1962.*" (SEAESP: 1961)

Segundo Antônio Léllis e Ady Zambon, a cooperativa nunca chegou a funcionar a contento e, mesmo com a presença de um agrônomo da Secretaria da Agricultura no local (isso até o ano de 68), a administração dos bens e patrimônio sempre esteve confusa. Os ex-moradores de Santa Helena com quem conversamos são unânimes em apontar para o descrédito que se tinha para com os responsáveis e com a diretoria. O problema apontado é basicamente um único, inclusive segundo os ex-técnicos: o caminhão e o trator da cooperativa não atendiam, e não podiam atender, a todos os condôminos, porque todos os trabalhadores necessitavam das máquinas simultaneamente, e não havia qualquer possibilidade de atendimento aos 116 lotistas em tempo hábil.

Esse fato levou a diretoria a privilegiar o aluguel dos implementos, maquinários e do caminhão àqueles trabalhadores que mais participavam de reuniões e da vida da cooperativa. Com isso, afastou ainda mais os outros lotistas que viam a cooperativa como sendo da diretoria. A reação foi de total apatia. Não se sabe de qualquer reclamação ou reivindicação do conjunto

de excluídos. Já na segunda diretoria, entretanto, a cooperativa perdeu o caminhão e o trator que, segundo informações de Ady Zambon, precisaram ser vendidos para cobrir os custos da manutenção. Pode-se dizer que a cooperativa teve vida muito curta e funcionou mais por insistência dos técnicos que assessoravam o loteamento do que por interesse real dos trabalhadores. Logo após a saída da assistente social Creomilda Marcondes e do agrônomo José Pazzini, a cooperativa faliu. O ex-técnico Ady Zambon é taxativo: *"Os lavradores não tinham esta mentalidade cooperativista. Era artificial, nunca funcionou."* (entrevista à autora, 09/01/92).

É provável que a falta de uma mentalidade cooperativista esteja entre os fatores preponderantes da não-sobrevivência da cooperativa, mas outras questões contribuíram para sua "falência". Acima de tudo, a cooperativa previa proprietários capitalizados que não esbarrassem na simples dificuldade de deslocamento para participação das reuniões, como constata Antônio Léllis: *"várias palestras foram feitas aos sitiantes por funcionários do Departamento de Cooperativismo. Grande parte dos sitiantes não se interessavam por estas palestras. Outros não compareciam porque moravam longe."* (Entrevista, op. cit.)

Além disso, a cooperativa fora estruturada para atender a pequenas produções policultoras como se pode ver pela fábrica de rações para os criadores e o propósito de organizar uma área técnica para embalagens dos produtos colhidos como mostra o plano de loteamento. Mas não foi isso que encontraram os pesquisadores do CERU em 66. Segundo Léa Maria da Rocha:

"O planejamento existiu como fase inicial, mas após a instalação dos lotistas e, desde que passaram a tomar conta de seus lotes, deixou, pouco a pouco de existir. Não se observa predomínio de racionalidade nem na forma de desenvolver as atividades agrícolas, nem no modo de encarar a agricultura. Um só produto predomina nas explorações, o que acarreta para os lotistas grandes dificuldades econômicas quando as colheitas são más. Nenhum dirigismo subsiste, pois o lotista faz o que quer, chegando mesmo a introduzir culturas desaconselhadas pelos agrônomos como no projeto inicial de Colonização." (CERU: 1970, p. 94)

Não que houvesse uma rebeldia planejada dos agricultores ou alguma espécie de tentativa de fuga do controle do Estado. Na verdade, o agricultor não se sentia fazendo parte de um projeto com tantas expectativas. Ao contrário, sentia o planejamento como intromissão. Afinal, estes lavradores estavam pagando as terras para o Estado e só haviam sido selecionados porque

dispunham de uma quantia em dinheiro para adquirirem o direito de ocupar as terras. Observe-se a fala deste agricultor, entrevistado por Creomilda Marcondes, em 1964, a partir de um único questionário a que tivemos acesso⁶:

Pergunta: *Qual a idéia que tem sobre cooperativa?*

Resposta: *Não conhecia antes.*

Pergunta: *O que espera da cooperativa local?*

Resposta: *Que ela vá para a frente, mas não tem muita esperança, porque sabe que o povo na sua maioria não gosta do Max (presidente), mas não tem outra pessoa para por no lugar dele.*

Pergunta: *Acha que é possível em Assembléia tomar decisões válidas?*

Resposta: *Sim, quando bem organizadas e dirigidas.*

Pergunta: *Poderia dar sugestões quanto ao desenvolvimento das reuniões?*

Resposta: *Acha que da maneira que tem sido feitas há muita desorganização e muita falta de entendimento; acha que deveria ter sempre alguém de fora para manter a ordem.*

Pergunta: *O senhor que vive uma fase experimental de Reforma Agrária julga esta medida acertada ou haveria outra mais viável?*

Resposta: *Não está de acordo com loteamento que não pega água, com a falta de luz que fez parte do contrato e com a seleção que foi mal feita. No mais está de acordo e acha que foi um bom negócio."⁷*

É muito interessante notar a solicitação do trabalhador para que tenha alguém de fora para gerir a desconhecida cooperativa. E a necessidade de se manter um presidente hostil, porém, único capacitado. Ou seja, a cooperativa se apresenta como algo estranho no qual não aposta seu próprio empenho. Note-se que o entrevistado considera mal feita a seleção que o escolheu como lotista, demonstrando que não confia na capacidade de gerência dos

⁶ Este foi o único questionário a que tivemos acesso porque todos os documentos referentes à Revisão Agrária em Marília foram queimados como papéis velhos, por volta de 1980. Estavam armazenados na DIRA de Marília, que os eliminou por falta de espaço, segundo informou o agrônomo Jader Bianco em 1992. Esta ficha estava, por acaso, guardada no arquivo particular de Antônio Léllis que salvou da fogueira alguns documentos que mais especialmente lhe diziam respeito.

⁷ Conforme questionário da ARA de 1964, preenchido por Creomilda Marcondes.

seus vizinhos. Uma forma de deixar entrever a relação de estranhamento de duas condições que ele ainda não se definiu em ocupar: a condição de jeca ou de *farmer*. Enquanto cooperativado, não entende as razões de tal empreendimento e outorga ao outro o poder de cuidar do coletivo, é moderno por decreto e não sabe o que fazer com isso. Mas tampouco se reconhece no coletivo, na comunidade, aí recriada artificialmente, na forma de um condomínio. Ainda não estreitou laços de vizinhança.

E, por fim, fala da "reforma agrária" que ele conhece: um contrato de compra e venda, que, apesar de não cumprido na sua totalidade, ainda pode ser considerado um bom **negócio**.

De modo que, em 66, quatro anos após a sua implantação, Santa Helena parece padecer de uma inadaptação, vivendo os seus produtores o meio-termo de uma condição tradicional e moderna. Observe-se o diagnóstico da socióloga do CERU que, diante de tal quadro põe em dúvida o êxito do modelo "Santa Helena", hipótese que se confirmaria uma década depois:

"O problema destes agricultores individuais que utilizam mão-de-obra familiar, seria o de inadequação à estrutura sócio-econômica do mundo moderno, cuja organização social repousa em vastas massas de indivíduos e cuja organização econômica exige recursos financeiros de vulto. / A modernização alcançada pelos pequenos produtores da "Fazenda Santa Helena" será suficiente para entrosá-los de maneira completa e eficiente, a uma sociedade global como a paulista, que dia a dia se configura como sociedade de massas?" (CERU: 1970, p. 96)

Com as terras pouco férteis⁸ e o fantasma da perda dos lotes para o Estado; com a valorização imobiliária dos mesmos após a abertura da BR 147, em 1970; com a falta de financiamentos ou a pressão dos bancos; com o crescimento da indústria mariliense e a sedução que esta exercia sobre os jovens da área, a desagregação do plano piloto foi inevitável. Enfim, apenas a propriedade das terras não seria um fator suficientemente forte para reter os lotistas de Santa Helena na área. A idealizada capitalização não se deu e, longe da classe média rural sonhada por Coutinho Nogueira e Carvalho Pinto, tinha-se lavradores inadaptados e subsumidos à hostilidade do mercado que cada vez mais exigia uma produção especializada de padrão mundial. As

⁸ O estudo a respeito da fertilidade da área é alarmante: 65,8 % das terras são consideradas com problemas graves de conservação, exigindo práticas complexas de manutenção.

Célia A. Ferreira Tolentino



Pequeno vendedor. Assentamento Fazendas Reunidas. Promissão - SP. abril, 1997. (Foto CPEA)

áreas mais altas e secas da Fazenda, em algumas épocas, não produziam nem para o sustento das próprias famílias como relata José Pereira Quinto (depoimento informal em janeiro de 92). Por outro lado, 20 hectares por certo não correspondiam ao cultivo de amendoim, extensivo e caro, demandando mão de obra externa à da família. Resistiram até mais recentemente os lotistas que diversificaram as plantações e conseguiram um mínimo de capitalização.

A CONVIVÊNCIA ENTRE O JECA E O *FARMER*

As conclusões do estudo realizado pelo CERU em 66 revelam que, apesar da forma de produção poder ser considerada a tradicional, com base na mão-de-obra familiar e divisão sexual de tarefas, os antigos laços culturais encontrados nos bairros rurais tradicionais não aparecem ou estão enfraquecidos em Santa Helena, sobretudo os de aspecto religioso, pois as maiores diversões e motivos para encontros estavam fundados, em primeiro lugar, nos jogos de futebol e, em segundo lugar, nos bailes de salão. Havia em Santa Helena uma predominância do profano sobre o sagrado nos laços de sociabilidade. Não escapa à observação dos pesquisadores o fato de não constar, no projeto original, uma capela para a sede da fazenda.

Retomando essa análise, é muito interessante observar que em um período posterior, que vai de 69 a 78, quando os laços de vizinhança se tornam menos artificiais e antes da saída da maior parte dos primeiros moradores, intensificam-se as atividades religiosas como terços, novenas, missas, procissões e até a forma moderna do encontro semanal católico chamado de "culto dominical", organizado por um dirigente local sob a assessoria da Igreja Católica. Esse dado é hipótese para a pesquisadora do CERU:

"Resta verificar se seus traços específicos terão continuidade, ou se pouco a pouco as formas tradicionais dos grupos de vizinhança não despertarão, à medida que a comunidade da Fazenda Santa Helena avance em anos." (CERU: 1970, p. 44)

Atualmente, a área condominial onde se encontra a sede da fazenda está em ruínas. Os prédios mal conservados estão em precárias condições de uso. Somente a escola local, administrada pela Secretaria da Educação de Marília e o posto de atendimento médico, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, funcionam e estão conservados. A praça, o campo de futebol e a

capela, construída mais tarde pelos moradores, estão em situação de abandono.

Para se ter uma base sobre os atuais proprietários da Fazenda Santa Helena, aplicamos um questionário para as crianças da 5ª e da 8ª séries da escola local, em março de 1992. Entre as crianças que deram conta de localizar o número do lote e, mesmo, se a propriedade onde mora faz parte do que foi o núcleo Santa Helena, a maioria, cujos pais são empregados, constata que seus padrões têm outros sítios além destes. A distribuição das ocupações dos proprietários se faz assim, entre os 35 entrevistados:

- *Sitiantes: 40%*
- *Comerciantes: 18%*
- *Fazendeiros: 18%*
- *Industriais: 18%*
- *Profissional liberal: 6%*

Entre os 40% dos proprietários que ainda vivem exclusivamente da produção do lote - os sitiantes -, constata-se que a maioria é constituída pela segunda geração, herdeira, dos primeiros lotistas. Entretanto, essa pesquisa não deu conta de localizar o número exato dos filhos que assumiram os lotes dos primeiros assentados. No questionário encontramos quatro crianças cujos pais são herdeiros de antigos lotistas. Se os primeiros participantes do projeto do governo pouco souberam a respeito das expectativas que pairavam sobre seus ombros, a segunda e terceira geração parecem saber menos ainda. Respondendo ao questionário, apenas cinco crianças trouxeram respostas sobre a possibilidade de suas famílias saberem algo a respeito da história de Santa Helena. Assim elaboramos a questão:

"Alguém da sua família sabe alguma coisa da história da fazenda Santa Helena? Se sim, coloque na última página o que sabe."

Observe-se a resposta de Elton Pereira dos Santos, 10 anos, 5ª série:

*"Algumas coisas sobre a Fazenda Sta Helena: **Antigamente** a Fazenda Santa Helena era uma fazenda de muita plantação de amendoim, milho, arroz, etc. / Em **1973** meus avós e meus pais vieram para cá. Eles moravam no lote 57 e plantavam lavoura de amendoim, milho, etc. / **Naquele tempo** não tinha eletricidade nos lotes só tinha eletricidade na sede. / **Antigamente** esta fazenda era muito animada*

com diversões, por exemplo: festas juninas, missões, circo, etc. / Os moradores que aqui habitavam eram proprietários dos lotes. Nesse tempo ninguém era empregado, todos trabalhavam por conta própria... / Foi na escola da Fazenda Santa Helena que meus tios estudaram. E eu e os meus irmão estudamos hoje na Fazenda Santa Helena."

Para Elton houve um tempo em que Santa Helena era sinônimo de vitalidade, história provavelmente contada por seus parentes mais velhos. E destaca algumas questões interessantes, que fazem seu relato carregado de nostalgia de um suposto passado áureo. Em primeiro lugar, o fato de que "antigamente" a fazenda era muito produtiva, com plantações de arroz, milho e amendoim, uma crítica velada ao fato de que atualmente os lotes são destinados para sítios de lazer ou então cultivos distintos deste. A família do informante é empregada num lote que produz exclusivamente laranja. E, esse detalhe deve informar o outro aspecto que aparece na sua fala sob o tom de que em outros tempos a vida naquele lugar era melhor. Nesse suposto tempo distante, informa Elton, ninguém trabalhava como empregado e a maioria das pessoas possuía a sua própria terra. Associado a isto, havia uma grande vida comunitária cheia de quermesses, procissões, encontros religiosos, apesar da falta de energia elétrica ou, quem sabe, por isso mesmo. Observe-se que seus avós já estão chegando em Santa Helena no ano de 1973, quando ocorre a primeira grande substituição dos primeiros moradores, ainda repassando as suas terras para outros lavradores.

Mas, um tempo mais espantoso ainda surge da sintaxe meio japonesa de Sidnei Kassama, de 14 anos, cujo pai é arrendatário de um lote onde se produz sericicultura:

"Fazenda Santa Helena foi loteado pelo governo como reforma agrária, antes havia muitos moradores por aqui, antigamente tinha doenças como maleitas e feridas, e os moradores abandonaram este local, após vinte e cinco anos o governo fez a reforma agrária para as pessoas sem terras, isto é no ano de 1962."

O tempo em que a fazenda teve muitos moradores está ainda mais distante daquele relatado por Elton. Uma época anterior ao projeto do governo, que levou vinte e cinco anos para ocupar esta área abandonada por lavradores que fugiam da malária e das feridas. Depois disso, a "reforma agrária". E Sidnei deve imaginar que a Fazenda não diferia muito do que é atualmente.

Mais três crianças respondem à questão. Cristiana de Souza Duarte e Rosângela Lisboa, ambas de 12 anos e filhas de pais empregados em lotes produtores de avicultura, respondem igualmente:

"Era uma fazenda só, depois o governo loteou."

E Fernanda Cristina do Nascimento, 13 anos, cuja família mora na área desde 1962 na condição de funcionária da sede (do condomínio) observa:

"Em 1958 foi dividida em lotes a Fazenda. Por volta de 1960 começaram a habitar pessoas de vários lugares."

Uma fala curiosa que remete, provavelmente, à chegada dos lotistas, vindo de vários lugares e compondo o quadro de heterogeneidade encontrado pela pesquisadora do CERU.

Entre as 33 crianças que responderam ao questionário, apenas duas pretendem continuar a trabalhar com os pais na lavoura. As demais respondem que procurarão emprego na cidade e tentarão fazer faculdade. A vida rural para estas crianças parece ser apenas uma contingência, um emprego para seus pais e uma profissão que parecem não pretender seguir.

Em resposta aos questionários, os filhos dos atuais trabalhadores-empregados de Santa Helena mostram que hoje ela é uma produtora para o abastecimento das cidades vizinhas como se pensou na proposta inicial, entretanto sem o "farmer", o produtor familiar tecnificado americano, mas com o operário rural brasileiro. Naquela área, entretanto, podemos dizer que há uma amostra do campo brasileiro, pois convivem desde os pequenos sítios de lazer dos industriais marilienses, a produção policultora familiar, a monocultura agroindustrial até as áreas agregadas que formaram propriedades maiores. Esse conjunto é ladeado pelas grandes propriedades cafeicultoras e pecuaristas que se mantiveram desde antes de 60.

Isto é, a Fazenda Santa Helena não escapa às contradições do modelo econômico nacional e da convivência, nem sempre tranqüila, agricultura/ indústria e complexo agroindustrial brasileiro. É nesse quadro que os assentados atuais se encontram, certamente enfrentando dificuldades como os de Santa Helena. A grande diferença é que, organizados, sabiam e esperavam as dificuldades, optaram por elas em troca do desemprego e marginalização nas cidades. Como sujeitos da história poderão, talvez, superar os impasses econômicos pelo mesmo caminho da organização.

A Revisão Agrária foi um projeto que deu certo? Podemos apontar aqui a resposta afirmativa de duas leituras completamente distintas de reforma agrária: José Gomes da Silva e José Bonifácio Coutinho Nogueira. Para o primeiro, que pensa a reforma distributivista o fato de a propriedade, ainda que temporária, das terras ter oferecido oportunidade de melhoria da condição de vida daqueles que eram arrendatários e despossuídos, constitui um resultado positivo. Para Coutinho Nogueira não era necessário que o lavrador se "atasse" àquela terra. O resultado continua sendo a criação de uma classe média, rural ou urbana. Ou seja, evitou-se a proletarização de centenas de homens do campo. Pelo menos, daqueles que uma dia foram lotistas em Santa Helena.

BIBLIOGRAFIA

GOVERNO Adhemar de Barros, *in: Diretrizes da política agrária paulista*.
Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1963.

GOVERNO Carvalho Pinto. *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1º, 2º e 3º anos de governo. Imprensa Oficial do Estado, 1959 a 1962.

MOTT, Yoshico e VIEITEZ, Cândido G. *Documentos sobre o Partido Comunista, 1945-1954*, Vol. I, Tomo III, séries monográficas, Marília, UNESP, 1988.

POKER, José Geraldo. "A Revisão Agrária implantada pelo Governo Carvalho Pinto no entender dos jornais O Correio de Marília e Jornal do Comércio, no período de 60 a 64", comunicação ao PIPSA regional de Belo Horizonte, mimeo, 1989.

PRADO Júnior, Caio. Reforma Agrária e o momento nacional, *in Revista Brasiliense* (29) maio/jun 1960.

ROCHA, Léa Maria. "O trabalho entre os sitiantes do núcleo de colonização dirigida Fazenda Santa Helena", *in Cadernos CERU*, n. 3, 1970.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEAESP). *Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena*. Imprensa Oficial do Estado, 1961.

Célia A. Ferreira Tolentino

SOBRINHO, Octávio T. Mendes. "A experiência paulista de reforma agrária", Conferência na ESALQ, Piracicaba, mimeo, 1964.

TOLENTINO, Célia A.F. "A Revisão Agrária Paulista: a modernização do campo do Governo Carvalho Pinto, 1960". Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, 1990.

ARQUIVOS

01. Arquivo particular de Antônio Léllis de Souza
02. Documentos do condomínio Santa Helena, em poder de José Pereira Quinto
03. Documentos do Centro de Estudo e Pesquisa Agrária - CEPEA/UNESP, Marília
04. Questionário aplicado aos alunos da Escola Municipal de Primeiro Grau da Fazenda Santa Helena em abril de 1992
05. Arquivo de Mott e Vieitez: documentos da polícia e câmara municipal de Marília sobre a atuação do PCB na região

ENTREVISTAS

01. Antônio Léllis de Souza em 27/12/91, 7/1/92 e 27/3/92
02. Henrique Zapparoli, em 8/1/92
03. Ady Zambom, em 9/1/92
04. Jader Bianco, 10/1/92
05. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 2/3/88
06. José Gomes da Silva, 23/9/89

DEPOIMENTOS INFORMAIS

07. José Pereira Quinto
08. José Machado de Oliveira
09. Clóvis Ferreira Tolentino
10. Ondina Nogueira Dias